

ESCREVIVÊNCIA E PARTILHA DO SENSÍVEL: CORPO, VIOLÊNCIA E RECONFIGURAÇÃO ESTÉTICA EM CONCEIÇÃO EVARISTO E JARID ARRAES

ESCREVIVÊNCIA AND THE DISTRIBUTION OF THE SENSIBLE: BODY, VIOLENCE, AND AESTHETIC RECONFIGURATION IN CONCEIÇÃO EVARISTO AND JARID ARRAES

Daniel Conte

Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana e Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil). Professor permanente e pesquisador da Universidade Feevale nos Programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais e em Indústria Criativa (Novo Hamburgo/Brasil).
E-mail: danielconte@feevale.br

Paula Terra Nassr

Doutora em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africanas e Mestre em Análise do Discurso pela UFRGS. Professora da Rede municipal de ensino de Porto Alegre.
E-mail: paulanassr@gmail.com

Recebido em: 18 de janeiro de 2026

Aprovado em: 22 de abril de 2026

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 2 | p. 06-26 | jul./dez. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4686>

RESUMO

Este artigo analisa de que modo as obras Ana Davenga, conto integrante de *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, e, *Um buraco com meu nome*, de Jarid Arraes, reconfiguram os modos de representação da experiência negra na literatura brasileiro-contemporânea. A investigação parte da hipótese de que essas produções não apenas tematizam sujeitos historicamente silenciados, mas tensionam os próprios fundamentos epistemológicos da teoria literária tradicional. Para isso, mobiliza-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítico-interpretativa, articulando os conceitos de *escrevivência*, partilha do sensível e inconsciente estético. A partir de Rancière (2009), compreende-se a literatura como prática capaz de redistribuir o visível, o dizível e o pensável. Em diálogo com Mbembe (2016) e com dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*, o estudo situa as obras no contexto da violência estrutural brasileira, marcada pela incidência desproporcional sobre corpos negros, femininos e periféricos. A análise evidencia que Evaristo e Arraes fazem da linguagem um espaço de memória, denúncia e resistência, deslocando a literatura de uma função meramente representacional para uma prática de produção do sensível. Conclui-se que a literatura negro-brasileira contemporânea atua como força estética, política e epistemológica de reconfiguração do comum.

Palabras clave: literatura negro-brasileira; *escrevivência*; partilha do sensível; Conceição Evaristo; Jarid Arraes.

ABSTRACT

This article analyzes how “Ana Davenga”, a short story from *Olhos d'água*, by Conceição Evaristo, and *Um buraco com meu nome*, by Jarid Arraes, reconfigure modes of representing Black experience in contemporary Brazilian literature. The study is based on the hypothesis that these works not only address historically silenced subjects, but also challenge the epistemological foundations of traditional literary theory. To this end, it adopts a qualitative, bibliographic, and analytical-interpretative approach, articulating the concepts of *escrevivência*, distribution of the sensible, and aesthetic unconscious. Drawing on Rancière (2009), literature is understood as a practice capable of redistributing what can be seen, said, and thought. In dialogue with Mbembe (2016) and with data from the *2024 Brazilian Public Security Yearbook*, the study situates these works within the context of structural violence in Brazil, marked by its disproportionate impact on Black, female, and peripheral bodies. The analysis shows that Evaristo and Arraes turn language into a space of memory, denunciation, and resistance, shifting literature away from a merely representational function toward a practice of producing the sensible. It concludes that contemporary Black Brazilian literature operates as an aesthetic, political, and epistemological force for reconfiguring the common.

Keywords: Black Brazilian literature; *escrevivência*; distribution of the sensible; Conceição Evaristo; Jarid Arraes.

1. À GUIA DE INTRODUÇÃO OU DO REALOCAMENTO DOS SENTIDOS

A literatura negro-brasileira contemporânea tem se configurado como espaço privilegiado de inflexão teórica e estética no campo dos estudos literários, à medida que tensiona não apenas os modos de representação, mas também os regimes de inteligibilidade que historicamente sustentaram a tradição crítica. Nesse horizonte, *Ana Davenga*, narrativa que constitui a coletânea *Olhos d'água* (2023), de Conceição Evaristo, e a obra *Um buraco com meu nome* (2021), de Jarid Arraes, apresentam-se como materialidades discursivas cuja potência excede a dimensão temática, instaurando outros modos de narrar, representar e significar a experiência negra no Brasil. Trata-se de produções que, ao reinscreverem experiências historicamente silenciadas, ampliam o repertório da literatura nacional e deslocam fundamentos epistemológicos da Teoria da Literatura, reposicionando o sujeito negro como instância central de enunciação.

É nesse ponto que se delineia o problema central desta investigação: de que maneira as obras de Conceição Evaristo e Jarid Arraes reconfiguram os modos de representação da experiência negra e tensionam os fundamentos da teoria literária tradicional? A pergunta permite compreender essas produções não apenas como expressões literárias voltadas à representação de sujeitos historicamente silenciados, mas como intervenções estéticas e epistemológicas que deslocam critérios de leitura, legitimação e inteligibilidade do campo literário.

À luz da reflexão política de Jacques Rancière, tal deslocamento pode ser compreendido como uma intervenção naquilo que o autor denomina partilha do sensível, isto é, o regime que organiza a distribuição do visível, do dizível e do pensável em determinado contexto social e histórico. A literatura de Evaristo e Arraes, nesse sentido, não opera simplesmente como representação de experiências subalternizadas, mas como reconfiguração das condições de perceptibilidade dessas experiências. Ao instaurarem dissenso, as obras desestabilizam hierarquias que dinamizam o campo do sensível e redefinem o poder sobre os corpos significantes. Assim, conferem visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados, alterando os critérios pelos quais seu imaginário social pode ser reconhecido como experiência histórica legítima.

É significativo registrar que as configurações imagéticas, os ritmos narrativos, as disjunções sintáticas e os silêncios que atravessam as obras de Evaristo e Arraes funcionam como dispositivos de inscrição de um saber que não se limita ao plano discursivo explícito. O inconsciente estético, desse modo, pode ser compreendido como o nível em que a forma literária realiza, de modo imanente, a redistribuição da partilha do sensível, produzindo experiências que escapam às codificações normativas da linguagem e que se manifestam mesmo na opção do silêncio da linguagem. Nesse quadro, a escrivência, conceito

formulado por Conceição Evaristo, emerge como operador crítico-metodológico fundante, pois articula experiência, memória e linguagem em uma prática enunciativa que rompe com paradigmas eurocêntricos da representação.

Mais do que categoria temática, a escrevivência constitui uma prática estética que inscreve no texto marcas da vivência e não se deixa reduzir a uma lógica representacional distanciada dos embates histórico-ideológicos ordinários nos quais os corpos negros estão estruturalmente inseridos. Ela opera justamente nesse entre-lugar em que o sensível e o discursivo se cruzam, produzindo significantes em um espaço permanente de negociação.

Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que a escrevivência mobiliza um inconsciente estético ao fazer emergir, na materialidade da linguagem, vestígios de experiências que excedem qualquer tentativa de totalização semântica. Ao mesmo tempo, participa ativamente da redistribuição da partilha do sensível, deslocando os limites do que pode ser visto, dito e reconhecido. O impacto dessas produções no panorama literário nacional é, assim, incontornável, pois não se restringe à introdução de novos temas ou sujeitos: implica, isso sim, em uma reconfiguração das próprias categorias que estruturam o campo literário.

Ao deslocarem o eixo epistemológico da literatura, essas materialidades ficcionais operam uma crítica imanente à ideia de literariedade, abrindo espaço para uma multiplicidade de vozes e para a problematização das hierarquias simbólicas que historicamente organizaram o sistema literário brasileiro. Partindo desse quadro, o presente estudo tem como objetivo analisar de que modo as obras de Conceição Evaristo e Jarid Arraes funcionam como dispositivos de reconfiguração da experiência sensível e da produção de sentido no contexto brasileiro contemporâneo, evidenciando a representação de corpos ideologizados e resistentes às narrativas que os precarizam e os diminuem imagetivamente.

Busca-se, neste exercício crítico, compreender como as representações, a poética de Arraes e a narrativa de Evaristo articulam memória, identidade e violência não apenas como conteúdos, mas como formas de inscrição do social na linguagem, isto é, como elementos que organizam um funcionamento simbólico social e tensionam os fundamentos eurocêntricos da teoria literária. Interessa-nos, ainda, investigar de que modo categorias como escrevivência e sujeito operam como dispositivos teórico-críticos capazes de desestabilizar regimes de leitura consolidados e instaurar novas modalidades de apreensão do sensível.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítico-interpretativa, articulando levantamento sistemático da produção acadêmica, análise imanente das obras e contextualização histórica da condição dos corpos negros na sociedade brasileira, com apoio em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024.

Faz-se importante o registro de que o mapeamento realizado em bases como Periódicos Capes, ResearchGate, Scopus e Web of Science mostra a centralidade de Conceição Evaristo no campo crítico, com 758 artigos identificados, bem como o crescimento da recepção de Jarid Arraes, com 106 trabalhos. Esses dados indicam a consolidação de um campo em expansão e a significação dessas autoras no espectro dos estudos literários atual. O movimento analítico articula-se, ainda, aos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024, os quais desenham a persistência de um regime de violência estrutural no Brasil, marcado pela incidência desproporcional sobre a população negra e jovem.

Nesse sentido, a leitura das obras à luz da ideia rancieriana em diálogo com o conceito de Evaristo permite compreender como a literatura torna perceptíveis experiências que, no plano social, são sistematicamente invisibilizadas. Mais do que refletir a realidade, essas narrativas intervêm nela ao reconfigurar os modos de percepção que sustentam tais desigualdades. A literatura de Jarid Arraes e Conceição Evaristo, nessa perspectiva, não se esgota em uma função representacional: afirma-se como prática de intervenção na ordem daquilo que é partilhado como imagem e significado, como colocação política do sujeito negro.

Sua força política reside na explicitação de conteúdos e na capacidade de instaurar novas formas de experiência que desestabilizam as evidências do mundo dado. Aqui, é possível operar com o inconsciente estético rancieriano, anteriormente referido, que evidencia que a política da literatura se realiza no nível da forma, onde se instauram deslocamentos capazes de reconfigurar as próprias condições de visibilidade e inteligibilidade.

Sustenta-se, nessa ordem, a hipótese de que a literatura negro-brasileira, neste caso representada pelas obras de Arraes e Evaristo, funciona como uma rasura teórica que não se limita a uma crítica externa, mas opera como deslocamento dos fundamentos epistemológicos do campo literário-representacional. Ao introduzirem formas de experiência que não podem ser plenamente apreendidas por categorias tradicionais, essas obras mobilizam o inconsciente estético inscrito em suas formas narrativas e poéticas. Realizam, assim, uma redistribuição da partilha do sensível que amplia o campo do visível e transforma as próprias condições de produção do saber literário. Trata-se, portanto, de um gesto simultaneamente estético, político e epistemológico, que reinscreve a literatura como espaço de produção de mundo e de reconfiguração das possibilidades de existência e de pensamento.

2. O ANUÁRIO E AS DORES DOS CORPOS DESLOCADOS

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 (ABSP/24), ao delinear o panorama da violência no Brasil contemporâneo, não apresenta apenas um conjunto de dados empíricos. Em sua própria tessitura

estatística, ele expõe uma lógica sensível que organiza, de maneira desigual, a visibilidade dos corpos no espaço social. Neste capítulo, busca-se aproximar esses dados das obras de Conceição Evaristo e Jarid Arraes, com o objetivo de compreender como a literatura negro-brasileira contemporânea reconfigura, no plano estético, as dores de corpos historicamente deslocados, vulnerabilizados e tornados matáveis, à luz da metodologia antes referida.

Nessa ordem, tomam-se como ilustração as 46.328 mortes violentas intencionais registradas em 2023, correspondentes a uma taxa de 22,8 homicídios por 100 mil habitantes. Esses números não devem ser lidos como mera expressão quantitativa de um fenômeno criminal, mas como índices de uma economia política da morte que distribui, de forma desigual, a precariedade e a exposição à violência. A estatística deixa de ser, nesse caso, apenas evidência técnica e passa a revelar uma organização social da perda, na qual determinadas vidas são mais facilmente convertidas em ausência.

Os números deixam, portanto, sua aparente neutralidade epistêmica e passam a operar como sintomas de uma ordem que regula quem pode viver, quem pode morrer e, sobretudo, quais mortes são passíveis de luto e de reconhecimento público. Como assevera Mbembe (2016, p. 24):

a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo baseado em classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos raciais, acabou comparando as classes trabalhadoras e os “desamparados pelo Estado” do mundo industrial com os “selvagens” do mundo colonial.

A distribuição desigual da violência pelo território nacional, com estados como Amapá, Bahia e Pernambuco figurando entre os mais letais, enquanto São Paulo, Santa Catarina e o Distrito Federal apresentam índices mais baixos, revela que a geografia da violência coincide com a cartografia das desigualdades históricas. Esse quadro estabelece diálogo evidente com as palavras de Mbembe, sobretudo quando se considera a organicidade estereotípica brasileira. Não se trata, portanto, de dispersão aleatória, mas de inscrição territorial de processos de exclusão que articulam raça, classe, territorialidade e acesso a políticas públicas.

É precisamente nesse ponto que a leitura dos dados exige deslocamento para além do plano sociológico, aproximando-se da crítica de Mbembe à necropolítica estatal e alcançando uma dimensão estética excludente, em sentido rancieriano. Trata-se de compreender como essas desigualdades constituem uma forma de partilha objetificante, necrófila e necrológica, que incide sobre corpos negros

e periféricos; um regime que define quais vidas são visíveis como vidas e quais permanecem relegadas à opacidade do anonimato estatístico, privadas de significado social.

A poética de Jarid Arraes permite tensionar essa opacidade. No poema em que a “vala comum” recebe o “corpo marrom”, a morte deixa de ser apenas dado e passa a figurar como memória coletiva, atravessada por vozes ancestrais e por uma dor que não cabe na frieza estatística:

a vala comum
para o corpo
marrom
é adubada pelas
histórias
é ninada pelas
vozes
é nutrida pelas avós
por aquelas que dormiram
o sono da injustiça
[...]
deita teu rosto
na vala
imaginando ser
nossos ombros. (Arraes, 2021, p. 20)

O poema reconfigura a morte racializada como cena de memória e cuidado. A vala, que poderia ser apenas imagem de descarte, torna-se espaço atravessado por histórias, vozes e avós. Arraes desloca o corpo negro do anonimato necrológico e o reinscreve em uma comunidade de afetos. Desse modo, sua escrita intervém na partilha do sensível: aquilo que o dado público, muitas vezes, apresenta como ocorrência passa a ser lido como perda, violência histórica e continuidade de uma injustiça transmitida entre gerações.

Outra evidência desse “procedimento puramente técnico”, referido por Mbembe, é a letalidade policial, que atingiu 6.393 mortes em 2023, com crescimento expressivo em relação à década anterior. Esse dado explicita, de maneira contundente, a lógica de distribuição desigual da vulnerabilidade no Brasil. O fato de que 82,7% das vítimas sejam pessoas negras, majoritariamente jovens, indica que o exercício da violência estatal não se dá de modo indiferenciado, mas segundo um princípio de seletividade que incide sobre corpos previamente marcados por uma história de racialização e aporofobia.

A construção histórica dessa imagem mensurada da barbárie mostra que a violência não é um evento, mas um dispositivo de visibilização diferencial: certos corpos são tornados excessivamente visíveis como alvos, ao passo que suas existências permanecem invisibilizadas em sua condição elementar de sujeitos

de direito. Esse mecanismo é também figurado por Conceição Evaristo quando a suspeição policial recai sobre o corpo negro antes mesmo de qualquer materialidade do crime:

Os homens estavam atrás dele. Tinha havido um assalto a um banco e o caixa descrevera alguém parecido com ele. A polícia já tinha subido o morro e entrado em seu barraco várias vezes. O pior é que ele não estava metido naquela merda. (Evaristo, 2023, p. 24)

O fragmento evidencia a produção social do suspeito. Não se trata unicamente de uma busca policial, mas de uma forma de leitura do corpo: alguém “parecido com ele” basta para acionar a perseguição, invadir o barraco e transformar a vida periférica em espaço permanentemente vigiado. A ficção de Evaristo torna sensível aquilo que o Anuário formula em números: a violência estatal não se distribui de modo abstrato, mas alcança corpos concretos, situados em territórios específicos e previamente inscritos em uma gramática racializada da culpa, que repete *ad nauseam* a mesma sintaxe predicativa.

Consoante essa constatação, o dado de que policiais, também em sua maioria homens negros, figuram entre as vítimas dessa dinâmica revela um circuito paradoxal no qual agente e alvo da violência participam de uma mesma economia de precarização e vulnerabilização dos corpos. Evidencia-se, assim, o caráter estrutural e autorreprodutivo desse regime, epistemicamente perverso e etnocida. No campo dos crimes patrimoniais, a explosão de roubos e furtos de celulares, bem como o crescimento exponencial dos estelionatos digitais, indica uma mutação da experiência urbana e da própria percepção do risco, configurando uma espécie de capilarização do crime na malha antropológica.

A violência, nesse contexto, desloca-se parcialmente para o plano imaterial, infiltrando-se nas redes de comunicação e nos dispositivos tecnológicos que estruturam a vida contemporânea. Essa transformação não só altera as formas de criminalidade, ela reconfigura a sensibilidade coletiva, produzindo um estado difuso de insegurança que atravessa o cotidiano. A cidade, diante disso, deixa de ser apenas um corpo físico e passa a constituir também um campo de trânsito e de intensidades sensíveis, no qual o medo, a vigilância e a suspeita tornam-se afetos organizadores da experiência social.

Isso leva, necessariamente, a uma vigilância permanente, amparada em um algoritmo neurótico, elaborado por um poder estruturalmente racista e misógino. Tal lógica orienta-se pela identificação de supostos padrões comportamentais e elege, como culpabilizados, determinados corpos marcados por etnia, idade e territorialidade específicas. Com isso, produz-se a ilusão de segurança para o sujeito comum, ao mesmo tempo que se reforça a ordem estereotípica estruturante do Brasil. O resultado é a operacionalidade orgânica daquilo que Mbembe defende em sua obra: a necropolítica como sistema de operação estatal, uma vez que o Estado colonial deriva sua reivindicação fundamental de soberania e

legitimidade da autoridade de seu próprio relato de história e identidade, permanecendo vivo e atuante em sua prática pós-colonial.

Essa narrativa é sustentada pela ideia de que o Estado possui o direito de existir e, a partir disso, entra em conflito com outras narrativas que disputam o mesmo espaço simbólico. Como tais narrativas são incompatíveis e suas populações estão entrelaçadas, qualquer demarcação de território com base em uma referencialidade singular de significação torna-se quase impossível. Dessa forma, violência e soberania convertem-se em braços dos aparelhos de Estado, no sentido althusseriano, para reivindicar um fundamento inquestionável de regulação.

As palavras de Mbembe conformam, ainda, a leitura das violências de gênero evidenciadas pelo ABSP/24, que explicitam de maneira mais aguda a intersecção entre regimes de poder e regimes de visibilidade. O aumento do feminicídio e a incidência alarmante de estupros, particularmente entre mulheres negras e jovens, indicam que o corpo feminino, especialmente o corpo negro, continua a ser território de inscrição da violência. Aqui, a partilha do sensível manifesta-se na própria dificuldade de reconhecimento desses arbítrios, muitas vezes naturalizados ou invisibilizados no espaço público.

Sob essa perspectiva, o poema de Arraes opera como uma interpelação ao olhar social, exigindo que a dor do corpo feminino negro não seja reduzida a espetáculo de comoção passageira:

sinta pena de mim
só um pouco
para que eu possa encontrar alento
um conforto
porque a pena que sinto não conta
não alimenta a fome
de pena
olhe pra mim com olhos de pena
a cabeça balançando para os lados
coitada
tragédia
que lástima
justo ela que tinha tanto
para (Arraes, 2021, p. 134)

A súplica por “pena” expõe uma economia afetiva desigual. A voz poética sabe que sua própria dor não basta para produzir reconhecimento; é preciso que o outro a olhe, nomeie, lamente e autorize socialmente seu sofrimento. O poema revela, assim, uma dimensão cruel da violência de gênero e raça: mesmo quando sofre, o sujeito subalternizado precisa disputar o direito de ser percebido como digno de compaixão. Essa disputa aproxima-se dos dados do Anuário, pois os números de feminicídio e estupro indicam não

apenas a recorrência da violência, mas também a fragilidade dos regimes de escuta e proteção dirigidos às mulheres negras e periféricas.

O fato de grande parte desses crimes ocorrer no âmbito doméstico sedimenta a ideia de que a violência se inscreve, sim nos espaços de exceção, e, também, no interior das relações mais cotidianas, produzindo uma intimidade atravessada pela coerção e pelo silenciamento. Já a necropolítica funcional na organicidade dos aparelhos de Estado tem, no sistema prisional brasileiro, uma de suas ferramentas mais dinâmicas de operacionalização. Com mais de 850 mil pessoas encarceradas, muitas delas sem condenação definitiva, esse sistema completa o quadro ao escancarar a dimensão institucional da desigualdade. A prisão, longe de funcionar como espaço de neutralização da violência, move-se como dispositivo de sua reprodução, concentrando populações historicamente marginalizadas e perpetuando condições de exclusão.

O encarceramento em massa, nesse sentido, pode ser lido como extensão da partilha do sensível, uma vez que se trata de um mecanismo que retira determinados corpos do campo da visibilidade pública, confinando-os a um espaço de invisibilidade social que, paradoxalmente, reafirma sua posição como objetos de controle e programa suas mortes anunciadas. A partilha do sensível, consoante Rancière, “faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define ‘competências ou incompetências para o comum’” (2009, p. 16). O Estado opera nesse sentido ao precarizar conjuntos comuns de significação de identidades e territorialidades, afastando-os de quaisquer centros decisórios de poder.

Em Evaristo, essa morte anunciada aparece também como abreviação do futuro. A pergunta sobre o filho de Ana e Davenga desloca a violência do presente para aquilo que ainda nem chegou a acontecer:

E o filho dela com Davenga, que caminho faria? Ah, isto pertence ao futuro. Só que o futuro ali chegava rápido. O tempo de crescer era breve. O de matar ou morrer chegava breve, também. E o filho dela e de Davenga? (Evaristo, 2023, p. 29)

O fragmento condensa, com enorme precisão, o encurtamento da vida em contextos atravessados pela violência. O futuro, que deveria abrir possibilidades, chega “rápido” demais; crescer, matar ou morrer tornam-se tempos quase simultâneos. A narrativa dá forma literária ao que os dados do Anuário indicam como tendência estrutural: a juventude negra e periférica é submetida a uma temporalidade comprimida, na qual a expectativa de vida, de proteção e de projeto é continuamente ameaçada.

A partir desse entendimento, é que a noção de partilha do sensível amplia suas possibilidades de análise, uma vez que a violência, tal como delineada pelos dados do Anuário e pelas materialidades de Arraes e Evaristo, não é apenas um problema de segurança pública, mas efeito de um regime que organiza

os sentidos sociais, distribuindo lugares, funções e capacidades. O que está em jogo não é somente a gestão da criminalidade, mas a própria definição do comum: quem pertence ao espaço compartilhado, quem pode falar e quem pode ser ouvido. A política, assim, não se reduz à administração institucional que, em muitos de seus movimentos, perpetua injustiças históricas contra um corpo social específico; ela consiste também na disputa por essa distribuição, no intento de reconfigurar os limites daquilo que se vê e se diz.

É precisamente nesse ponto que a literatura negro-brasileira contemporânea, em particular as obras de Conceição Evaristo e Jarid Arraes, insere-se como prática de intervenção estética. Ao inscrever no espaço literário experiências marcadas pela violência, pelo racismo e pela exclusão, essas autoras não apenas representam uma realidade, mas a reconfiguram, realocando imagens e deslocando os modos de percepção que a sustentam. Sua literatura evidencia o modo pelo qual a “produção se afirma como o princípio de uma nova partilha do sensível, na medida em que une num mesmo conceito os termos tradicionalmente opostos da atividade fabricante e da visibilidade”. Para as autoras, desse modo, escrever “une ao ato de fabricar o de tornar visível, define uma nova relação entre o fazer e o ver” (Rancière, 2009, p. 65). Trata-se de uma operação que pode ser compreendida à luz do conceito de inconsciente estético: a literatura, ao dar forma a essas experiências, revela camadas de sentido que escapam à racionalidade discursiva, tornando sensível aquilo que, no regime dominante, permanece invisível ou inaudível.

A aproximação entre os dados do Anuário e as produções de Conceição Evaristo e Jarid Arraes, assim permite compreender a violência não apenas como problema social visível, mas como estrutura que atravessa e organiza a experiência coletiva, os afetos e as formas de existir. A literatura não atua, dessa forma, como espaço de resolução ou resposta imediata; sua força está justamente em produzir deslocamentos, romper naturalizações e tensionar os modos hegemônicos de ver o mundo. Ao tornar visíveis experiências historicamente silenciadas, essas narrativas instauram fissuras no regime dominante de percepção e abrem espaço para o dissenso. É nessa capacidade de desestabilizar sensibilidades e reorganizar modos de subjetivação que reside sua potência política. Mais do que oferecer possibilidades responsivas, a literatura reconfigura sintomas e amplia possibilidades de compreensão do mundo e das subjetividades que nele se constituem.

Trata-se, em última instância, de intervir na própria partilha do sensível, deslocando os limites do comum e tornando visíveis aquelas vidas que, até então, permaneciam à margem. É nesse entrelaçamento entre estética e política, entre dados e narrativas ficcionais, que se torna possível imaginar novas formas de análise e, também, novas formas de vida coletiva a partir da escuta da arte, em especial da literatura.

3. AS MATERIALIDADES POLÍTICO-FICCIONAIS

O conceito de escrevivência, formulado por Conceição Evaristo, tem se afirmado como uma das categorias mais potentes para a reconfiguração do campo dos estudos literários contemporâneos, na medida em que desloca a escrita de um paradigma representacional para um regime político de inscrição do sensível. Tal deslocamento implica uma ruptura com a tradição mimética que organiza a literatura como imagem derivante imediata da realidade, para concebê-la como prática material de produção de experiência.

A pesquisadora Maria Nazareth Soares Fonseca, em seu texto *Escrevivência: sentidos em construção*, um dos estudos que compõe a coletânea organizada por Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário Pereira, a respeito do conceito evaristiano, afirma categoricamente: "Como se pode perceber, o termo "escrevivência", discutido pela própria escritora desde 1995, que o define como uma feição de sua escrita literária, aos poucos, se transforma em uma potência sígnica capaz de balançar os alicerces de uma ordem literária instituída." (Fonseca, 2023, p. 21). Por isso, nesse horizonte de significação, escrevivência não se circunscreve a uma modalidade autobiográfica nem a uma simples elaboração memorialística. Ela constitui uma forma de enunciação na qual experiência, linguagem e historicidade se (co)implicam, instaurando um regime de sentido que desestabiliza as dicotomias fundacionais do pensamento ocidental, sujeito/objeto, interioridade/exterioridade, forma/conteúdo, e tensiona os próprios critérios de inteligibilidade que sustentam o campo literário.

Essa reconfiguração pode ser rigorosamente dialogizada à luz da noção de partilha do sensível, conforme elaborada por Jacques Rancière, entendida como regime de evidência que delimita o campo do perceptível e organiza a distribuição do visível, do dizível e do pensável. Trata-se de um dispositivo ontopolítico que institui um mundo comum, definindo de maneira diferencial, os modos de participação nesse comum, estabelecendo hierarquias de visibilidade e regimes de enunciação, como evidenciam as materialidades ficcionais de Evaristo e Arraes.

A partilha do sensível, sob esse prisma, não é uma simples distribuição empírica, mas uma estrutura normativa que regula as formas de aparecimento dos sujeitos e das experiências. A escrevivência intervém nesse regime ao operar uma redistribuição do sensível que desloca os critérios que determinam quais vidas podem ser percebidas como narráveis e quais permanecem fora do campo do reconhecimento.

Ao reinscrever experiências historicamente marginalizadas na materialidade da linguagem, a escrevivência amplia o repertório temático da literatura, alterando as próprias condições de perceptibilidade dessas experiências. Instaure, assim, aquilo que Rancière denomina dissenso: uma ruptura na ordem do sensível que torna visível o que não era, audível o que não podia ser ouvido e pensável

o que não encontrava lugar no campo do inteligível. A dimensão política da escrevivência, portanto, não se fronteiriza à tematização da opressão, mas se efetiva como reconfiguração das coordenadas sensíveis que estruturam o político comum que há na escritura.

Tal reconfiguração, contudo, não se esgota no plano da representação ou do conteúdo; realiza-se de modo decisivo na dimensão formal da linguagem. É nesse ponto que o conceito de inconsciente estético se torna fundamental. Para Rancière, o regime estético da arte institui uma lógica na qual o pensamento se manifesta fora de si, isto é, na forma do não pensamento, produzindo uma indistinção constitutiva entre o sensível e o inteligível. O inconsciente estético designa, assim, uma modalidade de pensamento imanente à forma, na qual o sentido emerge precisamente daquilo que escapa à intencionalidade discursiva e à transparência semântica. Trata-se de uma economia do sentido fundada na presença de uma carga de pensamento inscrita na materialidade sensível, imagens, ritmos, figuras, excedendo qualquer tentativa de estabilização interpretativa.

O conceito evaristiano pode ser compreendido, nessa perspectiva, como prática que mobiliza o inconsciente estético ao inscrever, na tessitura da linguagem, uma experiência que não se deixa reduzir à lógica representacional, mas transforma a vivência em linguagem literária, tensionando os modos tradicionais de representação e autoria. Para Cristiane Côrtes, é

[...] por promover essa desarticulação na ideia de nação e inserir uma consciência coletiva e nacional ausente, é que podemos afirmar que a concepção de escrevivência assume um papel, além de estético, político, um manifesto de resistência, um silêncio transgressor, que faz da literatura uma escrita a serviço da noite, uma potência em contraposição à experiência que pode aprisionar em sua dinâmica de coerção e captura. (Côrtes, 2023, p.128).

Escrever constitui-se como gesto estético, político e memorialístico; na pragmática da linguagem, uma forma de existir, denunciar, lembrar e reinscrever sujeitos historicamente silenciados. O vivido não aparece como conteúdo tematizável, mas como intensidade subjetivada que atravessa a forma e desorganiza a correspondência entre significante e significado. Nesse regime, a linguagem deixa de funcionar como simples veículo de comunicação e se afirma como campo de produção de sentido, abrindo à escrita a possibilidade de operar como denúncia.

Essa dinâmica passa a ser particularmente evidente em *Um buraco com meu nome*, de Jarid Arraes, cuja poética pode ser lida como experimentação radical dos limites do sensível. A recorrência de imagens que evidenciam o corpo não se esgota em uma função metafórica, mas configura um regime de linguagem no

qual afetos, memórias e traumas se condensam em formas que resistem ao sentido estabilizado. Esses sentidos aparecem na ordem do corpo-território ao cantar a cor da terra-corpo:

a vala comum
para o corpo
marrom
é adubada pelas
histórias
e ninada pelas
vozes
é nutrida
pelas avós
por aquelas que
dormiram
o sono da injustiça
as avós do corpo
comum
jogado deitado
emprestando linha
o marrom ao solo
as avós
ninam memórias
e cantam
[...]
deita teu rosto
na vala
imaginando ser
nossos ombros. (Arraes, 2021, p. 20-21)

Ou, ainda, na imagem do corpo negro feminino colocado à manipulação do Outro, sem sentido de singularidade:

a primeira vez teve gosto de sukita
as bolhas saindo pelo nariz
afogando a força de reação
transformando um corpo infantil
em corpo estático
em pedra-pomes
os buracos juntando sujeira
ele despejou em mim
todo lixo do umbigo aos joelhos
despejou em mim
o riso culpado de quem sabia
porque ele sabia. (Arraes, 2021, p. 118)

As imagens poéticas operam como zonas de intensidade nas quais o sentido se encontra em permanente deslocamento, instaurando uma experiência de leitura marcada pela indeterminação, condição mesma de manifestação do inconsciente estético. A linguagem reage motivando um processo de subjetivação de mundo reivindicatório, distante da aceitação da naturalidade da apropriação alterizante do (próprio) corpo negro da mulher. Nessa ambientação, a linguagem de Arraes representa a experiência da mulher negra, realocando-a no plano do sensível, instaurando novos modos de percepção do corpo e da subjetividade. A figura da mulher negra insubmissa deve, assim, ser compreendida não como identidade estável, mas como efeito de uma operação estética que desarticula os dispositivos simbólicos de normatização e silenciamento.

Ao fazê-lo, a obra intervém diretamente no partilhamento do sensível, deslocando os regimes de visibilidade que historicamente enquadraram a feminilidade negra:

para escrever
 aceito flechas
 e facas
 afio minhas lâminas
 nas unhas dos pés
 acaba comigo
 palavra
 rasga meu corpo
 me deixa – exposta
 aos vírus
 bactérias
 fungos
 aos olhos
 dos outros
 aos julgamentos
 decretos
 comecei a escrever
 com vontade de matar (Arraes, 2021, p. 118)

No poema, e nos anteriores citados, Jarid Arraes mobiliza uma linguagem direta e incisiva para transformar a experiência subjetiva em gesto político, fazendo da voz lírica um espaço de enfrentamento às formas históricas de silenciamento impostas aos corpos negros e femininos. A força de sua poética reside justamente na articulação entre intimidade e denúncia: aquilo que poderia ser lido como vivência individual amplia-se como experiência coletiva, marcada por violências simbólicas, afetivas e sociais, em que a “naturalidade” da condição estrutural dos corpos negros se torna voz reivindicatória. Nesse movimento, a palavra poética não apenas representa a dor ou a resistência, mas reorganiza o campo do

sensível ao deslocar para o centro da enunciação sujeitos frequentemente marginalizados pela tradição literária.

Essa operação adquire um caráter ainda mais evidente quando a escrita aparece não como gesto pacificado de elaboração, mas como experiência corporal atravessada pela dor, pela exposição e pelo esgotamento. As imagens de “flechas”, “facas” e “lâminas” aproximam o ato de escrever de uma prática ferida, em que a palavra nasce do embate com forças que atravessam o corpo e o tornam vulnerável. Ao afirmar “rasga meu corpo / me deixa – exposta”, a voz poética desloca a escrita do plano abstrato para uma materialidade visceral, marcada pela abertura, pela decomposição e pela contaminação simbólica. A presença de “vírus”, “bactérias”, “fungos” e “vermes” intensifica essa dimensão de deterioração, sugerindo que o sujeito lírico escreve a partir de um corpo invadido, violentado e socialmente erosionado.

Nessa ordem, a literatura não é gestada como ornamento ou simples expressão íntima, mas como enfrentamento radical de uma condição limite. O verso final, “comecei a escrever / com vontade de matar”, produz uma ruptura ética e estética importante: a escrita aparece como resposta à violência sofrida, como gesto de contra-ataque simbólico, recusa e reinscrição de uma subjetividade que não aceita permanecer domesticada. Assim, Arraes tensiona os limites da representação convencional e a imagem tradicional da poesia como espaço de delicadeza, transformando-a em campo de conflito. Sua poética pavimenta a literatura como via de reinscrição da memória, da identidade e da presença política, fazendo da linguagem uma forma de sobrevivência, de denúncia e de resistência.

De modo correlato, a obra *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, que reúne uma série de contos de elevado sentido poético, evidencia uma escrita em que memória, violência e ancestralidade se articulam por meio de uma estética narrativa intensiva. A recorrência da água, longe de se reduzir a um símbolo fixo, pode ser compreendida como operador do inconsciente estético, na medida em que funciona como campo de circulação de afetos que excedem a significação. A água representa e produz uma experiência sensível na qual múltiplas camadas de sentido, como a dor, a herança e a continuidade coexistem sem se estabilizar.

A imagem da água traz, ainda, a representação de umedecer a secura da vida, como ocorre no conto “Ana Davenga”, em que a articulação narrativa reúne as dimensões discutidas anteriormente sobre a condição social e punitória do Estado. Essa condição atravessa marcas espaço-temporais e atinge o corpo de Ana, corpo desejado e vulnerabilizado por uma estrutura machocêntrica discriminatória, a qual limita a mulher e seu trânsito social.

Todos haviam aprendido a olhar Ana Davenga. Olhavam a mulher buscando não perceber a vida e as delícias que explodiam por todo seu corpo. O barraco de Davenga

era uma espécie de quartel general, e ele era o chefe. Ali se decidia tudo. No princípio os companheiros de Davenga olhavam Ana com ciúme, cobiça e desconfiança. [...] Davenga comunicou a todos que aquela mulher ficaria com ele e nada mudaria. Ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles. (Evaristo, 2023, p. 29)

O excerto é bastante significativo, pois mostra o corpo de Ana colocado como objeto de observação, desejo e julgamento, especialmente pelos homens do grupo. Por meio da perspectiva do conceito evaristiano, esse corpo feminino não pode ser lido apenas como corpo individual. Ana carrega uma experiência marcada por gênero, violência, submissão e apagamento. Quando o texto afirma que os companheiros de Davenga olhavam Ana “com ciúme, cobiça e desconfiança”, evidencia-se sua posição ambígua: ela é desejada, vigiada e ameaçada ao mesmo tempo em uma relação/estrutura esquizofrênica que a protege e vulnerabiliza simultaneamente.

O corpo feminino, aqui, é atravessado por relações de poder masculinas. A relação com Davenga também reforça essa condição. Ele é apresentado como chefe, e os demais homens sabem que ele “havia mandado matar”. Isso cria um ambiente de medo em torno de Ana. Ela não é exatamente protegida, como o desfecho da narrativa vai evidenciar; é cercada por uma violência que a define socialmente, que faz seu corpo ocupar um lugar limitado e limitante no ordinário dos dias. O fato de os homens a desejarem, mas nada fazerem por medo de Davenga, mostra que Ana é tratada como patrimônio masculino, como corpo pertencente a outro homem.

A passagem segundo a qual “ela era cega, surda e muda no que se referia a assuntos deles” é central. Essa imagem não significa uma incapacidade literal, mas uma imposição simbólica de silêncio. A personagem precisa não ver, não ouvir e não falar para sobreviver naquele espaço. Por meio do conceito elaborado por Evaristo, mostra-se como a mulher, especialmente em contextos de violência e marginalização, é obrigada a administrar o próprio silêncio como forma de permanência. A passagem coloca o corpo de Ana como matéria exposta ao olhar masculino, e, também, como corpo que guarda experiências, tensões e memórias de violência e privações.

A escrituragem permite ler Ana como personagem submetida e como mácula de uma vivência coletiva de mulheres que tiveram seus corpos vigiados, desejados, controlados e silenciados por estruturas patriarcais centralizadoras das relações sociais. Isso traz uma constatação denunciante: o corpo e a vida da mulher periférica permanecem vulneráveis às vontades dos homens.

De cabeça baixa, sem encarar os dois policiais a suas frente, Davenga pegou a camisa e desse gesto se ouviram muitos tiros. Os noticiários depois lamentavam a morte de um dos policiais de serviço. Na favela, os companheiros de Davenga choravam a morte do chefe e de Ana, que morrera ali na cama metralhada, protegendo com as mãos um

sonho de vida que ela trazia na barriga. Em uma garrafa de cerveja cheia de água, um botão de rosa, que Ana Davenga havia recebido de seu homem, na festa primeira de seu aniversário, vinte e sete, se abria. (Evaristo, 2023, p. 30)

No excerto, observa-se a interrupção brutal de um cotidiano simples e carregado de expectativas. Ana é revelada, no ápice da tragédia, grávida. Os elementos descritos, a garrafa de cerveja, o botão de rosa, a camisa e a festa, constroem uma cena de intimidade e dignidade, negada oficialmente pelos canais de Estado e pelos noticiários. Um projeto de vida é destruído pela violência policial e pela decisão unilateral da masculinidade operatória. A narrativa desloca o foco do acontecimento policial para aquilo que foi perdido: sonhos, afetos, futuros possíveis e laços familiares.

Manifesta-se, pois, a escrevivência justo nesse movimento de conferir visibilidade a sujeitos que, muitas vezes, aparecem apenas como estatísticas ou notícias breves. A morte de Ana não é apresentada para o leitor como dado objetivo, mas como tragédia humana que alcança o corpo da mulher, o filho que ela gestava e toda uma rede de afetos. A literatura torna-se, assim, espaço de memória e denúncia. Outro aspecto importante é a valorização da experiência cotidiana. Para Evaristo, a escrevivência nasce das histórias silenciadas, das vozes marginalizadas e das memórias coletivas, procedimento que se evidencia na representação de seus personagens. O fragmento recupera, transversalmente, a vida ordinária daqueles socialmente vulneráveis, mostrando que seus desejos e projetos possuem a mesma dignidade de qualquer outra existência. A violência não elimina essa humanidade; ao contrário, a evidencia com a potência necessária de uma reivindicação iminente.

É possível perceber, ainda, uma dimensão política na escritura. A descrição da ação policial não se restringe ao evento em si, mas sugere uma estrutura social em que determinados corpos estão mais expostos à morte, como nos alertou Mbembe. A gravidez de Ana intensifica esse efeito, pois a violência atinge simultaneamente uma mulher e a vida que ela carregava. O texto produz, assim, uma reflexão sobre a desigualdade e sobre quem tem o direito de viver e projetar o futuro.

A história individual de Ana transcende sua singularidade e passa a representar uma experiência coletiva marcada pelo racismo estrutural, pela violência de Estado e pela persistência da luta por reconhecimento e dignidade, requerendo clareza representacional. O apelo à clareza nega o borramento da vida, embora essa opacidade não constitua obstáculo interpretativo, mas a própria condição de possibilidade de uma redistribuição da partilha do sensível. Ao inscrever a violência na materialidade da linguagem, Evaristo a torna visível e transforma as condições de sua visibilidade, implicando o leitor em um regime sensível que impede a neutralização da experiência. A leitura dessa escritura torna-se, assim,

espaço de afetação, no qual a distância entre sujeito e objeto é suspensão, desvelando um espaço de opacidade entre a significação social e o corpo negro ficcionalizado.

4. POSSÍVEIS CONCLUSÕES

A articulação entre as obras de Evaristo e Arraes evidencia, portanto, uma convergência estrutural que a literatura, em ambas, opera como prática de reconfiguração do sensível, na qual forma e política se tornam indissociáveis. A distinção entre gêneros de escrita revela-se secundária diante da lógica comum que orienta essas materialidades: a produção de um regime de linguagem que mobiliza o inconsciente estético para desestabilizar os modos hegemônicos de significação e, simultaneamente, reconfigurar a partilha do sensível.

Tal convergência permite expandir o conceito de escrevivência para além da narrativa, compreendendo-o como princípio formal transversal, capaz de permear diferentes modos de expressão. A poesia de Arraes, nesse sentido, pode ser lida como escrevivência em chave lírica, na qual a experiência se inscreve em formas fragmentárias e intensivas, rompendo com a linearidade narrativa e instaurando uma temporalidade descontínua.

Esse quadro adquire ainda maior complexidade quando articulado aos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que evidenciam a persistência de um regime de violência estrutural. À luz da partilha do sensível, tais dados não são meros indicadores empíricos, mas expressões de uma ordem que define diferencialmente quais vidas são passíveis de luto e quais permanecem fora do campo do reconhecimento. A literatura, nesse contexto, não apenas representa essa violência, mas intervém nas condições que a tornam invisível, afirmando-se, assim, como prática de dissenso, entendida não como oposição discursiva, mas como reconfiguração do campo do sensível. O inconsciente estético permite compreender como essa reconfiguração se realiza no nível da forma, isto é, na produção de sentidos que escapam à captura imediata do discurso e instauram novas possibilidades de experiência.

A literatura negro-brasileira contemporânea, desse modo, configura-se como espaço de deslocamento epistemológico, no qual se tensionam os fundamentos da teoria literária. Ao mobilizar formas que excedem os regimes tradicionais de interpretação, essas escrituras exigem a reformulação dos próprios instrumentos críticos, instaurando um campo em que estética e política se apresentam como dimensões indissociáveis da organização do sensível e da política dos corpos.

A escrevivência, articulada ao inconsciente estético e à partilha do sensível, pode ser compreendida, então, como prática que opera, no nível da forma, uma redistribuição do comum. Trata-se de um gesto que amplia o campo do visível e transforma as próprias condições de possibilidade da experiência,

instaurando novas formas de existência, percepção e pensamento. A literatura deixa, assim, de ser concebida simplesmente como representação do mundo para afirmar-se como prática de produção do sensível, isto é, como espaço em que se disputam e se reinventam as formas do comum, ou, ainda, como instrumento que rompe as estruturas da sintaxe social que perpetua a subordinação dos sujeitos escolhidos pelo Estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*.

Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ARRAES, Jarid. *Um buraco com meu nome*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2021.

CÔRTEZ, Cristiane. Diálogos sobre escriturabilidade e silêncio. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (org.). *Escriturabilidades: identidade, gênero e violência*. Rio de Janeiro: Malê, 2023. p. 121-129.

EVARISTO, Conceição. Ana Davenga. In: EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2023. p. 21-30.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Escriturabilidade: sentidos em construção. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário Alves (org.). *Escriturabilidades: identidade, gênero e violência*. Rio de Janeiro: Malê, 2023. p. 121-129.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O inconsciente estético*. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *O espaço das palavras: de Mallarmé a Broodthaers*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SILVA, Elen Karla Sousa da; CONTE, Daniel. *O vaivém das memórias em olhos d'água, de Conceição Evaristo*. **folio - revista de letras**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. DOI: 10.22481/folio.v11i2.5527. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/folio/article/view/5527>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SILVA, Elen Karla Sousa da; CONTE, Daniel. *Resistir é preciso? Feminismos como forma de resistência às opressões*. **fólio - revista de letras**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2021. DOI: 10.22481/folio.v13i1.8311. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/folio/article/view/8311>. Acesso em: 13 jun. 2026.

SILVA, Elen Karla Sousa da; CONTE, Daniel. *O resgate e a escrita de si no romance de Conceição Evaristo: uma leitura de Ponciá Vicêncio*. Scripta Uniandrade, v. 18, n. 2 (2020), p. 207-223. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/400167332_O_resgate_e_a_escrita_de_si_no_romance_de_Conceicao_Evaristo_uma_leitura_de_Poncia_Vicencio. Acesso em: 13 jun. 2026.